

DA PRAÇA PÚBLICA AO FEUDO ALGORÍTMICO: A PRIVATIZAÇÃO DA VIDA DIGITAL

FROM THE PUBLIC SQUARE TO THE ALGORITHMIC FIEFDOM: THE PRIVATIZATION OF DIGITAL LIFE

DE LA PLAZA PÚBLICA AL FEUDO ALGORÍTMICO: LA PRIVATIZACIÓN DE LA VIDA DIGITAL

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Marco Antonio Pinheiro

Universidade do Vale do Itajaí

Artigo recebido em: 29/09/2025

Aprovado em: 02/10/2025

Resumo: O artigo analisa a transformação da esfera pública na era digital, discutindo a passagem simbólica da praça pública ao “feudo algorítmico”. Parte-se da perspectiva histórica de autores como Habermas e Castells para mostrar como a promessa inicial de um espaço digital democrático deu lugar a plataformas privadas regidas por algoritmos opacos e orientados pelo lucro. Examina-se a evolução das redes sociais, desde os fotologs e fóruns até o domínio de Facebook, Instagram e TikTok, destacando os efeitos da curadaria algorítmica sobre a cidadania, a subjetividade e a deliberação democrática. O texto problematiza fenômenos como bolhas informacionais, polarização e narcisismo digital, refletindo sobre os riscos do capitalismo de vigilância. Por fim, propõe caminhos de resistência, como a alfabetização algorítmica, marcos regulatórios equilibrados e arquiteturas digitais descentralizadas, com vistas à reconstrução de uma esfera pública mais aberta, plural e democrática.

Palavras-chave: esfera pública digital; algoritmos; redes sociais; democracia.

Abstract: This article examines the transformation of the public sphere in the digital era, discussing the symbolic shift from the public square to the “algorithmic fiefdom.” Drawing on authors such as Habermas and Castells, it explores how the initial promise of a democratic digital space has been replaced by private platforms governed by opaque, profit-oriented algorithms. The evolution of social networks is analyzed, from early forums and photoblogs to the dominance of Facebook, Instagram, and TikTok, emphasizing the impact of algorithmic curation on citizenship, subjectivity, and democratic deliberation. The essay addresses phenomena such as filter bubbles, polarization, and digital narcissism, highlighting the risks posed by surveillance capitalism. Finally, it suggests possible paths of resistance, including algorithmic literacy, balanced regulatory frameworks, and decentralized technological architectures, aiming at the reconstruction of a more open, plural, and democratic digital public sphere.

Keywords: digital public sphere; algorithms; social networks; democracy.

Resumen: El artículo analiza la transformación de la esfera pública en la era digital, abordando el paso simbólico de la plaza pública al “feudo algorítmico”. A partir de autores como Habermas y Castells, se muestra cómo la promesa inicial de un espacio digital democrático fue reemplazada por plataformas privadas gobernadas por algoritmos opacos y orientados al lucro. Se examina la evolución de las redes sociales, desde los fotologs y foros hasta el predominio de Facebook, Instagram y TikTok, destacando los efectos de la curaduría algorítmica sobre la ciudadanía, la subjetividad y la deliberación democrática. El texto problematiza fenómenos como las burbujas informativas, la





polarización y el narcisismo digital, reflexionando sobre los riesgos del capitalismo de vigilancia. Finalmente, propone caminos de resistencia, como la alfabetización algorítmica, marcos regulatorios equilibrados y arquitecturas digitales descentralizadas, con el objetivo de reconstruir una esfera pública más abierta, plural y democrática.

Palavras clave: esfera pública digital; algoritmos; redes sociales; democracia.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o espaço público de deliberação – historicamente associado à praça, ao café e a outros locais físicos de encontro – passou por uma metamorfose estrutural. A distinção entre vida online e offline tornou-se cada vez mais tênue, a ponto de se considerar anacrônica tal separação (Castells, 1999). Plataformas digitais privadas ascenderam ao papel de novas ágoras, mediando grande parte das interações sociais cotidianas. Em aparência, esses ambientes digitais se apresentam como abertos e democráticos; na essência, entretanto, operam sob lógicas corporativas e algoritmos opacos que filtram e priorizam conteúdos conforme interesses comerciais. A metáfora “da praça pública ao feudo algorítmico” sintetiza esse deslocamento: de um espaço público teoricamente acessível a todos para ecossistemas digitais controlados por “senhores” algorítmicos invisíveis, onde regras de visibilidade e engajamento são ditadas por códigos proprietários.

Este artigo, na forma de ensaio teórico-reflexivo, propõe-se a problematizar criticamente essa transformação do espaço público na era digital. Analisa-se a evolução histórica das plataformas sociais e seus impactos sobre a cidadania e a deliberação democrática. Parte-se de uma perspectiva histórica para investigar como a promessa inicial de ampliação da esfera pública digital cedeu lugar a um modelo de curadoria algorítmica que prioriza o engajamento em detrimento do debate qualificado. Abordam-se fenômenos como o narcisismo digital, as métricas de vaidade, bem como a crescente vulnerabilidade à manipulação informacional e à desinformação em massa. Por fim, exploram-se caminhos possíveis para a construção de um espaço público digital mais democrático e resiliente, incluindo a promoção de uma educação digital crítica, a implementação de regulações adequadas das plataformas e a busca por alternativas tecnológicas descentralizadas. O objetivo geral é refletir, de modo ensaístico e fundamentado, sobre as mudanças em curso e apontar estratégias para reconquistar o caráter público e participativo da esfera digital.

A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O DIGITAL

Historicamente, a praça pública tem sido o núcleo do exercício da cidadania. Habermas (2003) define a esfera pública tradicional como um espaço de encontro aberto, onde indivíduos de diferentes origens podem expressar opiniões, trocar ideias e formar consensos por meio do diálogo racional. Nessa concepção clássica, a publicidade do debate – isto é, sua realização em público, diante de todos – e a ausência de barreiras à participação são condições essenciais para uma deliberação democrática legítima.

Com o advento da internet comercial no final dos anos 1990 e início dos 2000, emergiu a esperança de que os novos meios digitais pudessem replicar e expandir essa esfera pública. Ferramentas como fóruns online, blogs e as primeiras redes sociais sugeriam a possibilidade de uma ágora virtual inclusiva, na qual qualquer pessoa conectada poderia emitir suas ideias e alcançar um público



potencialmente global. Autores visionários chegaram a vislumbrar uma “cultura da convergência” na qual consumidores também seriam produtores ativos de conteúdo, diluindo as fronteiras entre emissor e receptor (Jenkins, 2009). Havia, portanto, um otimismo inicial acerca do potencial democrático da internet: acreditava-se que a conectividade global e o fácil acesso à informação tornariam o debate público mais plural e participativo do que nunca.

Entretanto, mesmo nesse período incipiente de entusiasmo, já se percebia uma tensão latente. As arenas digitais nascentes dependiam de infraestruturas privadas – servidores, provedores de acesso, plataformas corporativas – ainda que a mediação do conteúdo fosse relativamente mínima naquela fase. Ou seja, as “praças” virtuais pertenciam a empresas. Além disso, a experiência prática demonstrou que a liberdade prometida vinha acompanhada de novas formas de controle. No começo, é verdade, a internet era um ambiente menos estruturado e mais experimental: muitos pesquisadores e educadores que vivenciaram essa transição relatam que, por volta dos anos 2000, a rede mundial era um “território livre” com acesso aberto a dados e interações, propiciando debates criativos com baixa intervenção algorítmica. Esse período inicial, frequentemente lembrado como uma espécie de “era de ouro” das mídias sociais, permitia uma dinâmica relativamente orgânica de formação de comunidades e circulação de informações. Nele, a ordem cronológica e a escolha individual do usuário definiam em grande medida o que se via online, aproximando-se do ideal de um espaço público digital aberto.

Com a passagem do tempo, contudo, as estruturas de poder no mundo digital tornaram-se mais explícitas. A partir do momento em que grandes plataformas comerciais consolidaram seu modelo de negócios baseado na monetização de dados e atenção, o espaço digital foi gradualmente se transformando de uma potencial ágora pública em um território privatizado e fortemente mediado. A mediação algorítmica – ou seja, a filtragem e hierarquização automatizada de conteúdos – tornou-se a espinha dorsal dessas plataformas e passou a determinar não apenas o que cada usuário vê, mas também como e com quem interage. Em outras palavras, ocorreu uma reconfiguração profunda do próprio ato de participar do espaço público: a deliberação que antes ocorria em praça aberta foi absorvida por sistemas fechados, regidos por algoritmos de recomendação calibrados para objetivos comerciais. Assim, a transição da praça pública para o feudo algorítmico não é apenas uma mudança de meio tecnológico; trata-se de uma alteração qualitativa na natureza do debate público e na relação entre cidadãos, informação e poder. A seguir, examinamos essa trajetória histórica com mais detalhe, delineando uma breve linha do tempo crítica das plataformas sociais para compreender os marcos dessa transformação.

A EVOLUÇÃO DAS PLATAFORMAS SOCIAIS: UMA LINHA DO TEMPO CRÍTICA

Para entender como chegamos ao cenário atual, se torna fundamental mapear criticamente a evolução das principais plataformas sociais das últimas décadas. Cada plataforma introduziu inovações técnicas e modelos de interação que, pouco a pouco, redesenharam a experiência comunicacional dos usuários e as dinâmicas da esfera pública digital. Abaixo, apresenta-se uma linha do tempo resumindo marcos importantes e suas características relevantes:



- **Fotolog (2002)** – O Fotolog surgiu como uma das primeiras experiências de presença online personalizada, inaugurando a ideia de um espaço digital próprio, acessível publicamente através de uma URL fixa. A plataforma permitia ao usuário postar uma foto por dia e receber comentários, estabelecendo um ritmo de interação deliberadamente lento e reflexivo. Como aponta Vaz (2005), a comunicação e a sociabilidade nos fotologs eram construídas “no ritmo” dos próprios usuários, sem a aceleração imposta por feeds em tempo real. A divulgação dos posts era manual, reforçando um caráter de compartilhamento intencional. Essa arquitetura simples representou o embrião de uma identidade digital visual, uma espécie de diário fotográfico público, onde a exposição pessoal e o compartilhamento voluntário de conteúdo próprio eram os pilares da sociabilidade online (Vaz, 2005).
- **Orkut (2004)** – Primeira rede social de massa a se popularizar no Brasil, o Orkut introduziu milhões de usuários a conceitos fundamentais de conexão digital. Recuero (2009), destaca que as “comunidades” do Orkut funcionavam não apenas como fóruns, mas principalmente como espaços de construção e exibição de identidade. Grupos como “Eu odeio segunda-feira” tornaram-se símbolos identitários que comunicavam traços de personalidade aos pares. A arquitetura da plataforma era centrada na navegação intencional: para ver atualizações, era necessário visitar ativamente os perfis e as páginas, o que dava ao usuário controle total sobre o fluxo de informação. Essa experiência linear e cronológica, livre de um feed algorítmico central, significava menor interferência comercial e uma circulação de informações mais orgânica, baseada na ação direta do usuário (Recuero, 2009).
- **Twitter (2006)** – O Twitter inaugurou um período de ouro da deliberação aberta, concebido como uma plataforma de microblogging com um fluxo público e contínuo. Em seus primeiros anos, sua característica mais marcante era a timeline estritamente cronológica inversa, exibindo todas as publicações das contas seguidas sem filtragem. Essa transparência fomentou um ambiente de debate mais espontâneo. Essa estrutura, aliada a uma API (Interface de Programação de Aplicações) aberta, transformou o Twitter em uma extensão da esfera pública. A API aberta permitia que desenvolvedores e acadêmicos coletassem e analisassem dados em escala, viabilizando estudos em tempo real sobre conversas públicas, como o monitoramento de eventos e debates, algo que se tornou impraticável após as restrições impostas posteriormente pela plataforma. Nesse período, o Twitter foi celebrado como uma praça pública global, onde a viralização dependia do interesse orgânico dos usuários, e não de algoritmos de relevância.
- **Facebook (2009 – ascensão no Brasil)** – A ascensão massiva do Facebook no Brasil marcou o ponto de inflexão decisivo. A implementação do News Feed com um algoritmo de afinidade transformou a experiência social online. Deixou-se de ter um fluxo cronológico para se ter um ambiente curado pela plataforma. A pergunta mudou de “o que meus amigos postaram?” para “o que o algoritmo acha que eu quero ver?”. Esse deslocamento de controle inaugurou a era da atenção como mercadoria. Pariser (2012) teorizou que essa curadoria algorítmica cria uma “bolha de filtros” (filter bubble), um ecossistema de informação pessoal e único para cada usuário, que acaba por isolá-lo de pontos de vista divergentes. O objetivo do feed algorítmico é maximizar o tempo de permanência e o engajamento para exibir mais anúncios e coletar mais dados. Essa lógica é o cerne do que Zuboff (2020) define como “capitalismo de vigilância”, um novo modelo econômico que transforma a experiência humana



em dados comportamentais a serem monetizados. A adoção do algoritmo pelo Facebook simboliza, assim, o fim da era relativamente aberta das redes sociais e o início da consolidação dos feudos algorítmicos, onde a plataforma molda ativamente o consumo de informação de bilhões de pessoas.

A segunda década do século XXI presenciou a expansão e refinamento dessa lógica em praticamente todas as plataformas. Novas redes surgiram já embebidas no paradigma algorítmico e as existentes foram alterando suas arquiteturas para enfatizar cada vez mais a curadoria automatizada e a otimização do engajamento. A seguir, discutiremos como esse processo se consolidou e quais são seus fundamentos.

A CONSOLIDAÇÃO DO “FEUDO ALGORÍTMICO”

Após o ponto de inflexão representado pelo domínio do algoritmo no Facebook, a década de 2010 testemunhou a consolidação de um modelo de plataforma orientado quase exclusivamente pela retenção da atenção e pelos interesses comerciais de seus controladores. A autonomia do usuário foi sendo sistematicamente reduzida em prol de arquiteturas de controle algorítmico altamente sofisticadas. Duas plataformas exemplificam essa trajetória: o Instagram, em seus primeiros anos sob comando independente e depois como parte do império Facebook, e o TikTok, que levou a lógica algorítmica ao seu ápice.

- **Instagram (2010)** - Inicialmente concebido como uma rede de compartilhamento de fotos para dispositivos móveis, o Instagram marcou um passo fundamental rumo à estetização da vida cotidiana e à performatividade das interações. Com sua ênfase em imagens cuidadosamente filtradas, a plataforma transformou a autoexposição em uma curadoria da autoimagem. Como argumenta Dijck *et al* (2018), o Instagram popularizou uma “cultura da conectividade” na qual métricas como curtidas e seguidores se tornam capitais sociais, incentivando os usuários a performar uma versão idealizada de si mesmos. A aquisição pelo Facebook em 2012 acelerou sua transformação em uma máquina algorítmica. A introdução do feed não cronológico em 2016 espelhou a lógica do Facebook, priorizando conteúdo com maior potencial de engajamento. Além disso, o Instagram tornou-se emblemático por sua estratégia de neutralizar concorrentes, absorvendo suas principais funcionalidades. A incorporação dos *Stories* (originárias do Snapchat) e dos *Reels* (inspirados no TikTok) ilustra o que se define como “capitalismo de plataformas”: um modelo predatório onde corporações dominantes concentram funcionalidades para eliminar alternativas e consolidar seu poder de mercado (Srnicek, 2017). Essa prática reforça a noção de um feudo digital, onde poucos “senhores” controlam as ferramentas e os dados, ditando as regras do ecossistema.
- **TikTok (2016)** O TikTok representa o exemplo mais puro e radical do feudo algorítmico. Diferentemente das redes antecessoras, centradas no “gráfico social” (conexões entre amigos e seguidores), o TikTok rompe com essa lógica. A plataforma de vídeos curtos opera com base no “gráfico de interesses”, onde o algoritmo é o principal conector. A identidade do emissor se torna secundária; o que importa é a capacidade do conteúdo de capturar a atenção instantaneamente (Anderson, 2020). A tela inicial, a aba “Para Você” (*For You*), é um fluxo infinito determinado por um dos mais sofisticados e opacos algoritmos de recomendação, que aprende e se adapta ao comportamento do usuário em tempo real. A experiência é a de





ser “navegado” pelo sistema, e não a de navegar por uma rede. O algoritmo assume integralmente o papel de curador, dispensando a necessidade de o usuário construir ativamente suas fontes de conteúdo. Plataformas como o TikTok promovem uma “soberania algorítmica”, onde as escolhas são delegadas a sistemas automatizados que otimizam a experiência para o consumo passivo e viciante. O sucesso avassalador do TikTok demonstra a eficácia dessa mediação algorítmica total. Ao mesmo tempo, expõe seus riscos: a visibilidade torna-se uma concessão do sistema, e o usuário é simultaneamente sujeito e objeto. Sujeito que consome passivamente e objeto de uma experimentação constante, que visa otimizar o ciclo de estímulo e resposta para a máxima extração de sua atenção (Zuboff, 2020).

Segundo Dijck *et al* (2018), as plataformas digitais operam por meio de três processos interligados: dataficação, comoditização e seleção. A dataficação refere-se à transformação de todos os aspectos da vida social em dados quantificáveis – cada clique, curtida, compartilhamento, interação ou mesmo dados de localização e padrão de uso tornam-se entradas registradas em bancos de dados. A comoditização diz respeito à conversão desses dados em produtos comerciais de valor: os dados alimentam sistemas de publicidade direcionada, vendas de informações de mercado e até o treinamento de algoritmos de inteligência artificial, configurando um verdadeiro mercado dos dados. Já a seleção (ou curadoria automatizada) envolve o uso de algoritmos para filtrar e hierarquizar o conteúdo apresentado aos usuários, determinando ativamente o que ganha visibilidade e o que permanece oculto no fluxo informacional.

Esses mecanismos combinados sustentam a chamada economia da atenção, conceito popularizado por Wu (2016), em que a atenção humana é vista como o recurso escasso a ser capturado e explorado. As plataformas “gratuitas” na verdade disputam ferozmente esse recurso – a atenção – e o revendem em forma de publicidade comportamental.

EROSÃO DA ESFERA PÚBLICA: BOLHAS E POLARIZAÇÃO

A arquitetura algorítmica das plataformas tende a fragmentar o público em nichos e “bolhas” de informação. Algoritmos de recomendação personalizam o que cada usuário vê com base em seu histórico de cliques, curtidas e conexões, reforçando preferências já existentes e isolando-o de conteúdos dissonantes. Pariser (2012) denominou esse fenômeno de “filter bubble” (bolha de filtro) para descrever como usuários de internet passam a habitar realidades informacionais paralelas, sem se dar conta de que o fluxo que consomem é deliberadamente filtrado. Em seu experimento mental famoso, Pariser mostrou que duas pessoas diferentes, buscando o mesmo termo no Google, recebiam resultados distintos conforme seus perfis e preferências anteriores – evidência clara de que essa personalização invisível mina a base comum de informações necessária a qualquer debate público saudável.

Assim, temas importantes da agenda pública deixam de ser discutidos coletivamente em um fórum comum e se repartem em múltiplas versões e narrativas distintas, muitas vezes incomunicáveis entre si. Cada grupo confirma suas próprias crenças em câmaras de eco, onde vozes discordantes são filtradas para fora. O resultado é uma polarização acentuada: a esfera pública, em vez de promover encontro e troca argumentativa, torna-se um mosaico de segmentos estanques, cada qual alimentado pelos seus próprios fatos, opiniões e indignações viralizadas.



Han (2018) nos coloca que a comunicação digital contemporânea carece do “pathos da distância” – ou seja, da capacidade de tomar distância crítica e refletir antes de reagir. No que ele chama de “sociedade do desrespeito” ou “enxame digital”, indivíduos isolados vociferam suas opiniões na rede movidos pela emoção momentânea, mas sem constituir um verdadeiro *corpo político* capaz de diálogo e ação conjunta. A velocidade e a reatividade das plataformas atuais privilegiam o barulho em detrimento da razão: indignações instantâneas, ataques pessoais e provocações simplistas alcançam mais destaque nos feeds do que discussões ponderadas. Essa erosão do espaço comum dificulta gravemente a deliberação democrática, pois já não há garantia de que cidadãos com visões divergentes partilhem sequer dos mesmos fatos ou espaços de discussão para confrontar ideias.

RECONFIGURAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: O NARCISISMO DIGITAL

As plataformas não remodelam apenas a esfera pública, mas também os sujeitos que dela fazem parte. A lógica da mídia social tem incentivado a emergência de um sujeito hipermidiatizado, preocupado incessantemente com sua performance e imagem diante dos outros. O chamado narcisismo digital não deve ser entendido apenas como um traço de personalidade individual, mas como um fenômeno sistêmico alimentado pelas estruturas de incentivo das redes. Em ambientes regidos por métricas públicas de aprovação – curtidas, compartilhamentos, número de seguidores, visualizações –, é quase natural que os usuários passem a valorizar exageradamente a aparência de si mesmos que projetam online. Cada post no Instagram ou tweet no X (antigo Twitter) torna-se uma micro-apresentação diante de uma audiência potencialmente massiva, sujeita a julgamento instantâneo via reações e comentários. Isso gera o que alguns chamam de métricas de vaidade: indicadores numéricos que servem como recompensas psicológicas imediatas (ou punições, em caso de baixa adesão), condicionando o comportamento dos usuários. Quanto mais likes e seguidores, maior a validação – ainda que superficial – do eu digital.

Han (2017), analisa a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do desempenho, caracterizada pelo imperativo da auto-otimização constante. Nas redes sociais, esse imperativo se traduz na necessidade de estar sempre produzindo conteúdo, exibindo produtividade, felicidade, engajamento – em suma, “vendendo” a melhor versão de si. O indivíduo converte-se em empresário de si mesmo, explorando a própria vida pessoal como capital a ser investido e exposto. Essa dinâmica é desgastante: leva a quadros de ansiedade, comparações contínuas, sensação de inadequação e, não raro, esgotamento (burnout) e depressão quando o desempenho esperado não se sustenta. Illouz (2011) denomina esse processo de *capitalismo afetivo*, no qual até nossas emoções e relações íntimas tornam-se mercadorias mediadas pela lógica de mercado.

CAMINHOS DE RESISTÊNCIA: EDUCAÇÃO CRÍTICA, REGULAÇÃO E ALTERNATIVAS DESCENTRALIZADAS

Diante de um cenário de controle algorítmico quase hegemônico e da privatização da esfera pública que a Dijck *et al* (2018) define como a “sociedade-plataforma”, a resignação não pode ser a resposta. A lógica extrativista, que Zuboff (2020) cunhou como “capitalismo de vigilância”, exige uma reação articulada. Diversos atores – acadêmicos, legisladores, ativistas e os próprios usuários –





vêm apontando estratégias para mitigar os efeitos deletérios dos feudos algorítmicos e reconstruir valores democráticos no ambiente digital. Essas estratégias podem ser agrupadas em três frentes complementares: educação digital crítica dos cidadãos, regulação governamental das plataformas e inovação em arquiteturas descentralizadas na tecnologia.

A primeira linha de defesa contra os impactos negativos das plataformas é a capacitação do usuário para entendê-las e usá-las de forma consciente. Isso vai muito além de ensinar "netiqueta" ou de promover checagem de fatos isolada. Propõe-se aqui uma verdadeira alfabetização algorítmica, um conceito que dialoga com a necessidade de desvendar as "caixas-pretas" que governam nossa experiência online (O'neil, 2016). O objetivo é desenvolver nos cidadãos a habilidade de compreender as lógicas, os vieses e os objetivos comerciais que orientam os sistemas digitais com que interagem diariamente. Em vez de serem sujeitos passivos, os usuários devem aprender a "ler" e "escrever" no ambiente digital, revertendo a assimetria de poder (Castells, 2013).

Na prática, isso significa inserir no currículo educacional discussões sobre como funcionam os feeds, os mecanismos de recomendação e os critérios dos resultados de busca. Jovens e adultos precisam saber que os resultados que veem não são neutros, mas sim o produto de uma curadoria algorítmica desenhada para maximizar o engajamento e, consequentemente, o lucro. Uma educação digital crítica englobaria, portanto, habilidades de navegação estratégica: como verificar a fonte de uma informação, como buscar ativamente perspectivas alternativas, como proteger dados pessoais e compreender que, na economia digital, a gratuidade do serviço é paga com a cessão de dados sobre o comportamento (Zuboff, 2020).

Educação, contudo, não basta se as estruturas de poder continuarem concentradas e desalinhadas do interesse público. Conforme argumenta Lessig (2006) com seu célebre mantra "o código é lei" (*Code is Law*), a arquitetura tecnológica das plataformas funciona como uma forma de regulação privada. Por isso, a segunda frente de resistência é a ação regulatória pelo Estado para reequilibrar a relação entre plataformas e sociedade.

No contexto brasileiro, o debate sobre o Artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) é fundamental. O dispositivo, que isentava plataformas de responsabilidade por conteúdo de terceiros até ordem judicial, foi concebido para proteger a liberdade de expressão. Contudo, na prática, permitiu a proliferação de danos em escala industrial, um fenômeno que expõe a inadequação de leis pensadas para a era da comunicação de massa ao contexto das redes distribuídas (Castells, 2013). A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2023, ao modular a aplicação do artigo e aumentar o dever de cuidado das plataformas, especialmente sobre conteúdo impulsionado, reflete uma tendência global de responsabilização. Essa mudança alinha o Brasil aos esforços internacionais para fazer com que as empresas internalizem os custos sociais negativos de seus modelos de negócio, desafiando a lógica de que são meras intermediárias neutras e forçando-as a assumir seu papel como "curadoras infraestruturais" do debate público (Dijck *et al.*; 2018).

Por fim, uma terceira via de resistência reside na própria tecnologia, explorando arquiteturas alternativas que escapem à lógica concentradora. Nos últimos anos, ressurgiu o interesse por redes descentralizadas e federadas, como o Mastodon e o Bluesky. Tais projetos materializam o princípio da "produção social entre pares" (*commons-based peer production*), descrito por Benkler (2006), no qual comunidades auto-organizadas, e não corporações, gerenciam a infraestrutura e a governança da comunicação.



No Mastodon, a estrutura federada permite que diferentes comunidades criem suas próprias regras, rompendo com o modelo de moderação centralizado e muitas vezes arbitrário das grandes plataformas. Já o Bluesky, com seu protocolo aberto, acena para a possibilidade de interoperabilidade e portabilidade de dados, permitindo que os usuários transitem entre diferentes aplicativos sem perderem suas conexões – um golpe direto no “efeito de rede” que aprisiona os usuários nos feudos digitais.

É verdade que essas alternativas enfrentam desafios de usabilidade, escala e sustentabilidade. Contudo, elas servem como o que Wright (2010) chamou de “utopias reais” – espaços de experimentação que demonstram a viabilidade de outros modelos de organização social e tecnológica. Mesmo que não substituam os gigantes, essas iniciativas exercem pressão competitiva e influência cultural, reacendendo debates sobre moderação participativa e desafiando a noção de que os usuários devem ser eternamente cativos das plataformas que hoje dominam a esfera digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada crítica empreendida neste ensaio, do imaginário da praça pública ao consolidado feudo algorítmico, evidencia que a evolução tecnológica das últimas décadas não ocorreu de modo neutro nem inevitável. Pelo contrário, configurou-se essencialmente como um processo de privatização e mercantilização da esfera pública, no qual o poder de decidir o que vemos, com quem interagimos e quais pautas ganham relevância foi transferido dos cidadãos e instituições democráticas para um punhado de conglomerados tecnológicos. As consequências dessa transformação são estruturais e profundas: afetam a saúde da democracia, a coesão social e até a constituição da subjetividade contemporânea. O espaço que deveria servir à deliberação coletiva foi reprojeto para servir à extração de dados e à economia da atenção, com algoritmos otimizados para o engajamento imediato frequentemente à custa da verdade factual, da nuance e do respeito mútuo.

Apesar desse diagnóstico preocupante, não se advoga aqui um determinismo tecnológico pessimista, tampouco uma nostalgia ingênua de um passado pré-digital. A experiência histórica mostra que retroceder não é uma opção real – a esfera pública já é digital e assim permanecerá, em constante mutação. A questão crucial é como moldaremos os próximos capítulos dessa história. A reconstrução de uma esfera pública digital democrática exigirá uma ação coletiva e multidisciplinar orientada para um futuro diferente do presente distópico que por vezes se desenha. A tecnologia, afinal, é uma ferramenta moldável pelos usos e pelos valores que nela impregnamos. Como ressaltado nos debates que inspiraram este trabalho, o xis da questão reside na mediação humana: são as escolhas políticas, culturais e éticas que determinarão se nossas infraestruturas de comunicação servirão a ideais cívicos ou meramente ao lucro.

É necessária, portanto, uma articulação de esforços em múltiplas frentes. Precisamos de cidadãos empoderados por educação digital crítica, capazes de navegar com discernimento e autonomia por um ecossistema informacional complexo. Precisamos também de marcos regulatórios robustos e equilibrados, que responsabilizem as plataformas por seus impactos sistêmicos sem sufocar a inovação ou cercear indevidamente a liberdade de expressão – movendo o foco da reação tardia para a prevenção de riscos, à semelhança do modelo do DSA europeu. E precisamos, por fim, da coragem coletiva para experimentar e apoiar novos modelos de redes e serviços digitais que se alinhem com valores públicos, ainda que imperfeitos e iniciais.





Em última instância, a tarefa de reconstruir a praça pública na era digital transcende o âmbito tecnológico: trata-se de repensar os termos do nosso contrato social digital. O envolvimento de toda a sociedade é necessário – governos, empresas, academia, organizações civis e usuários – em um diálogo sobre que valores e direitos queremos ver refletidos nas plataformas que hoje mediam nossas vidas. Como bem sintetiza a máxima evocada anteriormente, “é preciso uma comunidade inteira para nos educar nesses processos”. A edificação de uma ética para a vida digital, que assegure dignidade humana e fortaleça os pilares democráticos, é uma responsabilidade compartilhada. Apenas por meio de um esforço conjunto poderemos almejar a transformação dos atuais feudos algorítmicos em autênticas praças públicas do século XXI: espaços digitais mais justos, abertos, deliberativos e verdadeiramente a serviço da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Katie Elson. **Getting acquainted with social networks and apps: it is time to talk about TikTok.** Library Hi Tech News, v. 37, n. 4, p. 7–12, 2020. DOI: 10.1108/LHTN-01-2020-0001.
- BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom.** New Haven: Yale University Press, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt-1njknw>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra**, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DIJCK, José van; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society.** New York: Oxford University Press, 2018. DOI: 10.1093/oso/9780190889760.001.0001.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p
- HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital.** Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo.** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- LESSIG, Lawrence. **Code: Version 2.0.** New York: Basic Books, 2006.
- O’NEIL, Cathy. **Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy.** New York: Crown, 2016.
- PARISER, Eli. **O filtro invisível:** o que a internet está escondendo de você. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2017.



VAZ, Kalyandra Pontes. **Comunicação e sociabilidade comunitária:** no ritmo dos fotologs. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/8976>. Acesso em: 17 ago. 2025.

WRIGHT, Erik Olin. **Envisioning Real Utopias.** London: Verso, 2010.

WU, Tim. **The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads.** New York: Knopf, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

